

**Atena**  
Editora  
2019

**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **Diversidades: Diferentes, não Desiguais 3**



Denise Pereira  
(Organizadora)

# Diversidade: Diferentes, não Desiguais 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes e Karine de Lima

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 3 /  
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-092-6

DOI 10.22533/at.ed.926190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.  
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE – NARRATIVAS QUE ROMPEM COM AS FRONTEIRAS DA IDENTIDADE	
Ana Claudia Oliveira Neri Alves Algemira de Macedo Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
COMUNIDADE QUILOMBOLA CONTENTE: TRAÇOS DA MEMÓRIA	
Francisca das Chagas da Silva Alves Maria Jorge dos Santos Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
DO CANDOMBLÉ ÀS CIÊNCIAS MÉDICAS: CUIDADO, CURA E EDUCAÇÃO MÉDICA SUSTENTÁVEL	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes Regina Moraes da Silva Araujo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
ENTRE LITERATURA E PSICANÁLISE: RACISMO E SEXUALIDADE EM ANJO NEGRO DE NELSON RODRIGUES	
Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
FRUIÇÃO E MAGIA: DO SILENCIAMENTO À VISIBILIDADE NEGRA NA LEITURA DE LIVROS DE LITERATURA DE TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Sara da Silva Pereira Vanessa de Senia Monteiro Carneiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
MÍDIA E NEGRITUDE: O USO DOS FILMES NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS	
Izaque Pereira de Souza Teresa Kazuko Teruya Wellington Junior Jorge	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O RISO E O LÚDICO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA AFRO-BRASILEIRO NOS POEMAS SATÍRICOS DE LUIZ GAMA	
Josineide Carvalho Costa Herasmo Braga de Oliveira Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905027</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>79</b>
PRECONCEITO RACIAL VIVENCIADO PELA PERSONAGEM CLARA DOS ANJOS NO ROMANCE HOMÔNIMO DE LIMA BARRETO	
Leonice Rosa da Cunha Abreu Zenaide Lima de Sousa Elio Ferreira Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>82</b>
RELAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL: DO COMÉRCIO ESCRAVISTA DO SÉCULO XVIII AO COMÉRCIO SOLIDÁRIO DO SÉCULO XXI	
João Batista Romualdo Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9261905029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>87</b>
UMA ÁFRICA VIVA EM SALA DE AULA: OFICINAS DE AFROSABERES	
Hinara Dias Juca Leididaiane Inácio de Sá Ana Técia de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>95</b>
VIDA E MORTE QUILOMBOLA	
Adelmir Fiabani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>109</b>
LA LECTURA INMAGÉTICA VIRTUAL IDEOLÓGICA Y GLOBALIZADA DE ÁFRICA	
Sérgio Rodrigues de Souza Liliane Rodrigues de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>116</b>
VISÕES CRÍTICAS SOBRE O PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA COM BASE NAS AÇÕES AFIRMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS	
Cláudio José Araújo Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>124</b>
CORPOS DEFICIENTES E DIFERENTES: DISCURSO SOBRE A DIVERSIDADE E A POLÍTICA DE INCLUSÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Terezinha Richartz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>133</b>
HISTÓRIA, AÇÕES E REPERCUSSÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA	
Deyse Morgana das Neves Correia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>147</b>
INTERFACES DAS PRÁTICAS DOCENTES COM A LEI 10.639/2003 NO IFCE/CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE	
Maria Virândia de Moura Luz Erivana D’Arc Daniel da Silva Ferreira Rosiléa Agostinha de Araújo Marcus Vinicius de Oliveira Brasil	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>157</b>
NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: COMO A ESCOLA CONTEMPORÂNEA LIDA COM ISSO	
Angela Maria Venturini Emília Naura Santos Bouzada Alexandra Sudário Galvão Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>167</b>
NOTAS PARA O DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO DOCENTE	
Patrícia Fernanda da Costa Santos Luciélío Marinho da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>182</b>
O JOGO MANCALA – UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA UMA ABORDAGEM EM HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Denise Aparecida Enes Ribeiro José Augusto Pereira Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>189</b>
PROJETO PEDAGÓGICO, CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA	
Daniele De Souza Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>203</b>
O CORPO NA EXPOSIÇÃO “BOSQUE” DE VELICASTELO	
Guilhermina Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>212</b>
LEITURAS DO CORPO EM TRÊS OBRAS DE HELONEIDA STUDART	
Juliana Braga Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>222</b>
MÍDIA E POLÍTICA: A LEGITIMAÇÃO DO SEXISMO	
Jucirleia Ferreira de Medeiros Chaves Joselito Santos Tatiana Cristina Vasconcelos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050223</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>228</b>
A EXTENSÃO COMO POTENCIALIDADE NA DES/CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS	
Cláudio Orlando Gamarano Cabral	
Marilda de Paula Pedrosa	
Michele Priscila Gonçalves dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>234</b>
“NOVO MUNDO”: ENTRE A CARICATURA E A VEROSSIMILHANÇA	
Maria Luand Bezerra Campelo	
Vanessa de Carvalho Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>244</b>
ESTÉTICA DA DISSIMULAÇÃO: A ESTÉTICA PERIFÉRICA DE MACHADO DE ASSIS	
Natalino da Silva de Oliveira	
Joelma de Fátima da Costa Neves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>254</b>
LUTA E RESISTÊNCIA NA TRAJETÓRIA DE JOÃO NERY: [TRANS]PASSANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	
Rafaela Costa de Azevedo	
Michelly Pereira de Sousa Cordão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>267</b>
O ABC DE PATATIVA DO ASSARÉ ENSINANDO SOBRE MEMÓRIA E TRADIÇÃO NO NORDESTE FLAGELADO	
Eduarda Maria Moreira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>277</b>
NO SEU PESCOÇO, UMA ANÁLISE DO DISCURSO NO CONTO DE CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE	
Solange Maria Morais Teles	
Rebeca de Alcântara e Silva Meijer	
Antonia Leda Morais de Paula	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>285</b>
IDENTIDADES AO LÉO: UMA LEITURA DE “PONCIÁ VICÊNCIO” E DE “O VENDEDOR DE PASSADOS”	
Leonardo Gomes de Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Fernanda Soares Wenceslau	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92619050230</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>293</b>

## MÍDIA E NEGRITUDE: O USO DOS FILMES NA (DES) CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

**Izaque Pereira de Souza**

Centro Universitário FAG  
Cascavel/PR

**Teresa Kazuko Teruya**

Universidade Estadual de Maringá/UEM  
Maringá/PR

**Wellington Junior Jorge**

Centro Universitário Ingá/Uningá  
Maringá/PR

**RESUMO:** A referência à população negra brasileira ainda se constitui a partir de estereótipos que foram fixados a partir de processos históricos e em sua formação social. Isso porque a cultura eurocêntrica, dada sua condição hegemônica, acaba por colocar a cultura negra em uma condição subalterna desde os tempos da escravidão reduzindo-a a elementos pejorativos ou de pouca expressividade. Ao estigmatizar o outro – neste caso a população negra – se desconsideram suas contribuições para a construção social, econômica, política e cultural do Brasil, reforçando os estereótipos que reforçam e/ou inferiorizam o sujeito, colocando-o em posição de desvantagem e fraqueza o que pode se dar por meio de diversos artefatos, dentre eles os culturais. Dentre os artefatos culturais que nos cercam e contribuem para fixar nossa identidade,

podemos citar os filmes. O presente trabalho busca analisar a contribuição dos filmes na (des) construção de estereótipos da população negra bem como as possibilidades de problematizar essas questões nos ambientes escolares por compreendermos os filmes pedagogias culturais que possibilitam essa desconstrução na escola. Partiremos do pressuposto da Lei 10.639/03 (que inclui a obrigatoriedade da História e Cultura Afrobrasileira na rede de ensino) e da Lei 13.006/14 que traz a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional no componente curricular complementando a integração da proposta pedagógica da escola. Assim, analisaremos a contribuição dos filmes na identidade da população negra na perspectiva dos Estudos Culturais, tendo como referencial teórico Tomaz Tadeu da Silva (2014), Kathryn Woodward (2014), Stuart Hall (2003; 2014; 2015), Douglas Kellner (2001), Elí Fabris (2008), Elizabeth Ellsworth (2001) e Zygmunt Bauman (2005).

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade. Midia. População negra.

**ABSTRACT:** The reference to the Brazilian black population still is constituted from stereotypes that was fixed from historical processes and in their social formation. This is because Eurocentric culture, given its hegemonic condition, ends up placing black culture in a subaltern condition

from the time of slavery, reducing it to pejorative or little expressive elements. By stigmatizing the other - in this case the black population - their contributions to the social, economic, political and cultural construction of Brazil are ignored, reinforcing the stereotypes that reinforce and/or inferiorise the subject, placing him in a position of disadvantage and weakness. which can occur through various artifacts, among them cultural ones. Among the cultural artifacts that surround us and contribute to fix our identity, we can mention the films. The present work seeks to analyze the contribution of the films in the (de) construction of stereotypes of the black population as well as the possibilities of problematizing these issues in school environments because we understand the films cultural pedagogies that allow this deconstruction in the school. We will start from the assumption of Law 10.639 / 03 (which includes the obligation of History and Afro-Brazilian Culture in the educational network) and the Law 13.006/14, which obliges the exhibition of films of national production in the curricular component complementing the integration of the pedagogical proposal of the school. Thus, we will analyze the contribution of the films in the identity of the black population in the perspective of Cultural Studies, having as theoretical reference Tomaz Tadeu da Silva (2014), Kathryn Woodward (2014), Stuart Hall (2003; 2014; 2015), Douglas Kellner (2001), Elí Fabris (2008), Elizabeth Ellsworth (2001) e Zygmunt Bauman (2005).

**KEYWORDS:** Identity. Media. Black population.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Lei 13.006/2014, projeto criado pelo Cristóvão Buarque (PPS), estabelece a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção brasileira nas escolas de educação básica. O teor da lei é estimular a exibição de filmes como componente integrador do currículo escolar, a fim de proporcionar visibilidade as produções cinematográficas nacionais, tanto estigmatizada pela população brasileira. O filmes norte-americanos foram massivamente exibidos nos cinemas e nas emissoras de televisão brasileira, de tal modo que se estabeleceu como um modelo ideal de se fazer cinema.

O cinema e a educação são temas discutidos por vários pesquisadores/as como: Fresquet (2013); Duarte (2009); Felipe (2009, 2015); Fabris (2008); Teruya (2006, 2009); Louro (2015). As discussões dos respectivos autores/as não têm como intencionalidade esgotar a temática, mas sim, apresentar possibilidades entre o cinema e educação.

Os filmes fazem parte de um mundo que envolve técnicas de produção de sentidos e significados por meio dos recursos imagéticos possibilitados pelo cinema, cuja narrativa ficcional pode cutucar o inconsciente do público que está assistindo. Com essa prerrogativa, incorporar esse artefato cultural na matriz curricular, pode colaborar para a desconstrução de estereótipos cristalizados no senso comum, auxiliando assim na formação cultural do indivíduo.

A Lei 13.006/2014, que estabelece a utilização de filmes no espaço escolar,

propicia também a discussão a Lei 10.639/2003 para tratar sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileira na educação básica. O conteúdo desta lei incluiu nos currículos escolares a luta dos negros e a contribuição da cultura negra no Brasil. Este assunto é pertinente para a desconstrução de estereótipos veiculado no currículo hegemônico, inspirado na matriz eurocêntrica.

A medida que os artefatos culturais contra hegemônicos foram incorporados nas práticas pedagógicas, as discussões étnico-raciais também puderam ser problematizadas no decorrer do ano escolar e não apenas em datas “comemorativas”, por exemplo o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). O combate ao racismo nas escolas e a história do Negro no Brasil, podem ser compreendidas pelos autores/as: Cavalleiro (2001); Gomes (2001, 2006, 2013); Praxedes (2010); Felipe e Teruya (2010); Silva (2012); Pereira (2011); Aguiar (2011); Munanga (2009).

Os/as pesquisadores/as que estudam cinema e relações étnico-raciais investigam as contribuições do cinema para a educação escolar e apontam as possibilidades na desconstrução de estereótipos referentes à cultura afrobrasileira. Neste artigo ancoramos em autores que fazem essa discussão, procurando balizar a abordagem do cinema e relações étnico-raciais de forma sistematizada.

## 2 | REPENSANDO IDENTIDADE E EDUCAÇÃO

A aprovação da Lei 10.639/2003 que trata sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira” nos currículos escolares, foi um grande marco na história do Brasil e também para a luta dos negros. A proposta da lei, não é instituir uma superioridade “negra” dentre as outras raças/etnias, mas sim, dar visibilidade e o reconhecimento da população negra no processo de construção social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira, que foi formada por indígenas, portugueses, africanos (negros) e depois por imigrantes (brancos e amarelos) de todas as partes do mundo.

Mesmo com a contribuição da população negra na construção do país, sua história e cultura sempre estiveram invisibilizadas. Com isso a lei traz como prerrogativa fazer um processo de “reparação” e “inclusão” da história e cultura do negro, problematizando a história “eurocêntrica” nos currículos escolares. Outro ponto a ser discutido são as lutas sociais e políticas da população negra desde a sua chegada até os dias de hoje. Com esses pressupostos e as práticas pedagógicas tendo como referência a Lei 10.639/03, questionamos a visão única e parcial do pensamento “eurocêntrico” e a imagem de uma África “exótica”, “primitiva” e estigmatizada, a fim de visualizar uma África repleta de culturas e histórias.

A história dos/as negros/as africanos/as foi muito diferente dos imigrantes brancos, os/as negros/as foram “(...) trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos

e línguas não inteligíveis uns aos outros”. (RIBEIRO, 2005, p. 114). Ao chegarem aqui em condições sub-humanas, logo eram separados de suas famílias para serem comercializados como mercadorias pelos homens brancos (portugueses), assim, totalmente dispersos em novas terras ao lado de outros/as negros/as capturados/as de culturas e dialetos totalmente diferentes tinham que se adaptar a base da força e violência a nova formação social.

O tráfico negreiro é considerado, por sua amplitude e duração, como uma das maiores tragédias da história da humanidade. Ele durou séculos e tirou da África subsaariana (região do continente africano abaixo da linha do deserto do Saara) milhões de homens e mulheres que foram arrancados de suas raízes e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América [...] (GOMES; MUNANGA, 2006, p. 18).

Desde sua chegada em 1549, os/as negros/as tiveram que passar por um processo de readaptação em um novo continente, sua contribuição econômica foi valiosa aos portugueses. Na metade do século XVI e XVII, o Brasil estava no auge da exportação de cana-de-açúcar, conseqüentemente, aumentando a produção, teria que aumentar “[...]o tráfico de africanos[/as] para o Brasil, especialmente para o Nordeste, onde um tipo de agroindústria se concentrou e floresceu com o cultivo de cana de açúcar” (MOURA, 1992, p.8). O trabalho escravo do povo africano, comprado ou vendido como mercadoria, proporcionou um grande avanço econômico para a Portugal. Com o passar dos anos os/as escravos/as que ocupavam os diversos meios de produção, tais como nos “(...) engenhos de produção de açúcar, nas lavouras de café, fumo, algodão, nas minas de extração de ouro, etc., trouxeram consigo seus costumes, línguas, valores, deuses e crenças” (SANTOS, 2012 p.11). Assim, o/a negro/a que aqui estava ou chegava na condição de escravo servia para repor ou aumentar a mão-de-obra nos grandes latifúndios.

Desde a sua chegada até o ano de 1888, o processo de escravidão foi árduo e cruel, durante aproximadamente 400 anos de escravidão aconteceram várias formas de resistência, o negro não aceitava sua condição de escravo e muitos fugiam para o meio da mata. Os que conseguiam fugir de seus senhores se juntavam com outros escravos/as e se organizavam em Quilombos. Um dos símbolos de resistência no período escravocrata foi o Quilombo de Palmares, que se tornou um núcleo de organização da população negra e a preservação da cultura africana, servindo também de refúgio. Os/as escravos/as negros/as eram trazidos da África na condição de mercadoria adquirida pelos seus senhores brancos, estes, por sua vez, poderiam explorar o trabalho escravo. No entanto, nem todos concordavam e aceitavam essa condição e, por isso, fugiam para os quilombos, unindo-se com outros/as escravos/as fugitivos/as que juntos lutavam para se manter livres do trabalho escravo. (MOURA, 1992; GOMES e MUNANGA, 2006; SOUZA, 2008; RODRIGUES, 1976).

Nos primeiros anos do século XX, depois de ter saído de sua condição de escravo

no ano de 1888, o movimento de resistência enfrentou outra batalha contra o racismo. O estereótipo atribuído ao/à negro/a sempre esteve ligado à referência negativa e aquilo que de mais ruim poderia se intitular ao homem, carregando este estigma de inferioridade, os homens brancos negaram até seus direitos de exercerem sua cidadania de forma livre e independente. “[...] A ‘raça’ ou cor negra está associada a uma série de estereótipos preconceituosos que fundamentam atitudes discriminatórias e práticas racistas que dificultam o desenvolvimento pleno dos seres humanos (AGUIAR, 2011, p. 46). A ideologia racista sempre esteve muito presente na sociedade brasileira. Esse discurso fez com que os negros tivessem dificuldades de terem qualquer tipo de ascensão social e todo trabalho que conseguiam eram trabalhos que exigiam muita força e de baixa remuneração, ou seja, continuava o trabalho escravo de forma velada.

Portanto, o racismo existente na sociedade brasileira, que desvaloriza e inferioriza o corpo negro diante do corpo branco, marca intimamente a trajetória de vida do negro e principalmente a construção da sua identidade étnico-racial. O cabelo do negro, visto como “ruim”, serve de expressão ao racismo e à desigualdade racial que recaem sobre esse sujeito social. Acreditar que o cabelo do negro é “ruim” e que do branco é “bom” expressa um conflito construído historicamente e que busca legitimar o negro como um ser inferior. É neste cenário social que a mulher negra brasileira constrói sua imagem. O seu corpo social será resultado dessa complexa realidade das relações raciais que permeiam até hoje a sociedade brasileira, na qual a estética negra incorpora diversos símbolos e significados negativos e pejorativos. (RODRIGUES, 2012 p.62)

Após a escravidão no Brasil, a população negra e seus descendentes nunca receberam qualquer tipo de indenização ou apoio do Estado para terem condições de se reestabelecerem de forma digna, ao contrário, o que ficou instituído para ao corpo negro foi sua depreciação vinculado ao preconceito racial e o estereótipo de sua inferioridade frente a ‘raça’ branca. Esse discurso racista e atitudes negativas quando se referia ao negro, não só estava presente no discurso embora muito forte, mas sim de forma institucionalizada seja na escola e até mesmo no currículo escolar: na fala do professor e nos livros didático, conseqüentemente o mesmo discurso era reproduzido pelos alunos (CAVELLEIRO, 2001; AMBROSETTI, 2012; AGUIAR, 2001; SILVA, 2011; CANDAU, 2013; PRAXEDES, 2010).

Durante toda a história da população negra no Brasil desde sua chegada às terras brasileiras, não houve aceitação pacífica da sua condição de escravo, ao contrário, eram frequentes os movimentos de resistência que questionada a condição escravista. Após a abolição da escravatura a luta pela liberdade e a reivindicação dos direitos iguais na sociedade foram as bandeiras de luta com o surgimento do Movimento Negro no século XX. Os propósitos deste movimento era a integração da população negra na sociedade brasileira, já que a extinção da escravidão não ocorreu de forma plena e imediata, várias intervenções do Movimento Negro foi necessário para obter mínimas condições de sobrevivência social. Assim “[...] para esse movimento, a efetiva integração do negro só se daria na medida em que a população negra conseguisse

meios de sobrevivência que lhe garantissem acesso à educação (AGUIAR, 2011, p. 47). Outra grande forma de luta pelos espaços na política foi “[...] Frente Negra Brasileira, que tinha entre seus propósitos a efetiva integração do negro na sociedade brasileira. Esse movimento se desenvolveu entre 1931 e 1937 e agremiou várias pessoas em todo o Brasil” (AGUIAR, 2011, p. 47).

Entre várias lutas e conquistas no século XX pelo Movimento Negro, ressaltamos a promulgação da Lei 10.639/2003 que inclui a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afrobrasileira. A proposta da lei tem como prerrogativa estabelecer o direito de os/as alunos/as terem acesso à cultura africana e promover a valorização do negro e todos os seus descendentes na formação do Brasil, “[...] A implementação da Lei Federal 10.639/2003 é fator fundamental no combate à discriminação e ao racismo” (AGUIAR, 2011, p.52). Valorizar a diversidade cultural brasileira aos/às alunos/as, é uma forma visibilizar a luta e combater o preconceito e o racismo. A Constituição de 1988 no artigo 205, estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (BRASIL, 1988). Para atender a este artigo da Constituição Federal, “[...] a escola se apresenta como um espaço vital para a discussão do racismo e para potencializar ações que visem à conscientização sobre a igualdade subjacente às cores, às raças (AGUIAR, 2011, p. 52).

A Lei 10.639/2003 não pretende invisibilizar a cultura europeia ou qualquer outra cultura. Esta lei propõe que a temática sobre a História e Cultura Afrobrasileira seja também levada em consideração e como pertencente a cultura brasileira. A história afrobrasileira não pode ser ocultada pelo Estado, tão pouco pelos currículos escolares. A história apresentada nos livros didáticos com viés eurocêntrico deve ser revista e repensada pelos/as professores/as e até mesmo na formação de professores/as. A formação brasileira não foi uma conquista apenas do povo português, mas sim uma composição de indígenas, negros/as, mestiços/as e imigrantes dos mais diversos grupos étnicos.

Os artefatos culturais presentes na escola não podem tratar a cultura e a história da população negra como inferior frente a outros grupos. A própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO nos anos de 1950, ao convocar cientistas e pesquisadores para saber se era possível diferenciar os indivíduos por raça, depois vários anos de pesquisa afirmaram que “A ciência não tem como classificar rigidamente determinado grupo partindo de características físicas” (BENTO, 2005, p. 19). A ideologia racista deve ser combatida também na escola, é necessário desconstruir estereótipos de que o/a negro/a é “(...) preguiçoso, indolente, caprichoso, sensual, incapaz de raciocinar” (BENTO, 2005, p.25) e problematizar esse tipo de discurso em sala de aula.

Qualquer forma de racismo deve ser combatida, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, trouxe uma outra história para os currículos. Os negros mesmo estando em condição de escravo contribuiu e muito para a formação econômica do

país, os conceitos negativos por meio dessas discussões, devem ser revistas, para que o preconceito racial seja combatido. A Lei 10639/03 é uma das formas de fazer com que a imagem do/a negro/a e seus descendentes sejam revistas em todas as esferas.

O racismo é construído nas relações que estabelecemos na sociedade. Uma vez que a escola é uma das instituições que faz parte de nossa sociedade, ela também reproduz o racismo. Em 1994, o Ministério da Educação divulgou um estudo que atestava que os livros didáticos estimulavam o preconceito. [...] Um dos mais importantes veículos de reprodução do estereótipo, do preconceito e do racismo na escola é o conteúdo dos livros de História (BENTO, 2005, p. 41).

O discurso racista está presente na fala do/a aluno/a, do/a professor/a, da própria comunidade escolar, nos livros didáticos e no currículo. Com base nesses estereótipos a escola tem um papel importante no combate as práticas discriminatórias, embora o discurso esteja em várias esferas, se faz necessário ações afirmativas para desconstruir tal discurso. “A educação é um dos caminhos para se conhecer a diversidade de nossa gente, podendo contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e plural, onde as múltiplas formas de preconceito, discriminação e racismo sejam mantidas”. (SILVA, 2012. p.123). É necessário, portanto, que a escola tenha sua função social capaz de trazer a diversidade étnica e cultural para a sala de aula e problematizar as visões que discriminam e inferiorizam as culturas de minorias, mas sim, ressaltar as riquezas culturais que compõem a formação social, política, cultural e econômica do Brasil.

### 3 | FORMAÇÃO DE IDENTIDADE NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS

A identidade é uma marcação feita pelo próprio sujeito, para assim ter condições plena de se localizar na sociedade em que ele vive. A partir do momento que é estabelecida uma identidade, tudo aquilo que você não é, servirá de parâmetro para perceber sua diferença com o outro. Ao mesmo tempo que a identidade é construída, ela tem a total condição de se destruir ou até mesmo reconstruir sua identidade. Desta forma, “a identidade é marcada por meio de símbolos” (WOODWARD, 2014, p.9), estes mesmo símbolos, capazes de dizer o que somos e o que nos difere do outro.

Vivemos em uma sociedade na qual somos rotulados por todos os individuos que nos cercam. Aquilo que somos ou não, são atribuídas incorporadas de forma natural pelos grupos ao nosso redor, porém, os ambientes ao qual nos encontramos pode ser diferente em outros locais, do mesmo modo quando um sujeito nos é apresentado, logo buscar relacionar com a nossa diferença, criando expectativas que temos sobre ele, a partir do momento que os laços sociais vão se firmando, alguns rótulos são inseridos ou excluídos.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com 'outras pessoas' previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua 'identidade social' (GOFFMAN, 2004, p.5).

Woodward (2014, p.11) trata a identidade como uma construção do sujeito, podendo ser estabelecida tanto na dimensão simbólica quanto na dimensão social, pois “[...] a identidade é marcada pela diferença (...)”. Essa busca para firmar seu eu, pode ser trazida nas relações atuais, ou, a busca histórica, supostamente perdida. Dessa forma, explica a autora, a identidade não é estática, porque passa por mudanças, “[...] a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis [...]” (WOODWARD, 2014, p.19).

Um das formas de firmar sua identidade e ao mesmo tempo sua diferença, são as representações simbólicas e sociais como já discutido, porém, algumas instituições sociais, presentes na vida do indivíduo. Tomaz Tadeu da Silva (2014) apresenta características marcantes nas atribuições de sentidos simbólicos e as disputas que marcam o sujeito. Como o próprio autor afirma, a identidade não é fixa e nem homogênea, há uma diversidade cultural presente na sociedade, assim, “[...] a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (SILVA, 2014, p.96).

Dentre as construções de identidade do sujeito presentes na sociedade, podemos encontrar na produção cinematográfica, já que o mesmo tem condições de interpelar o indivíduo ativando assim sua imaginação, percepção e os estímulos audiovisuais produzidas pelas imagens em movimento. De maneira subjetiva, cada sujeito é interpelado, é descartado a influência que as produções cinematográficas causam nas pessoas, já que nos filmes são apresentadas diversas formas de significado e símbolos, “[...] a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2014, p. 19).

As práticas culturais são produzidas e reproduzidas numa variedade de locais sociais, e o peso de sua “gravidade social” se manifesta na forma como elas estão inscritas no corpo, como movem as pessoas à ação e colocam limites à gama de possibilidades através das quais os indivíduos negociam suas identidades e seu sentido de agência social (GIROUX, 2013, p. 132).

Giroux (2013), exemplifica que as práticas culturais estabelecidas têm plenas condições de se descolar facilmente, ou seja, as identidades são estabelecidas de acordo com os sentidos apresentados naquele contexto. Os aparatos que cercam o

sujeito, se não for conduzido de uma forma a proporcionar as variáveis, acaba sendo locado de uma única forma, ou por uma esfera hegemônica. A cultura hegemônica para se manter no poder, utiliza de artefatos culturais para que a formação do indivíduo e seus anseios sejam estimulados, contribuindo assim para a identidade do sujeito.

A forma como a escola propõe e trabalha os mais variados assuntos e conteúdos, devem ser vistos com cautela, já que aquilo que é exposto para o/a aluno/a, tem plenas condições de afirmar sua identidade ou diferença. “A cada momento histórico, o sujeito, à medida que participa das transformações, também é transformado por elas” (SILVA, 2012, p.68). Essas transformações são apresentadas por meio dos artefatos culturais presentes na escola.

Ao indivíduo é oferecido um grande leque de opções, até mesmo de identidade. O mercado está à disposição para que o consumidor possa compor e recompor a identidade que desejar, no momento e por quanto tempo desejar (SILVA, 2012, p.14)

O cinema como um artefato cultural constitui-se em uma das mais variadas formas de mexer com a emoção, suas imagens e narrativas possibilitam ao espectador um mundo ficcional que instiga a sonhar, desejar, suprir suas necessidades, ter medo, se ver triste ou alegre, abandonado, protegido. As produções cinematográficas pode ou não envolver o indivíduo, e mesmo ao se satisfazer com um filme, logo virão outros para suprir essa necessidade e outras necessidades são criadas e se estabelecem, cada filme, com suas características e especificidades, assim, “o filme evidencia o cotidiano do indivíduo” (SILVA, 2012, p.17).

O cinema [o filme] é como uma obra aberta, capaz de possibilitar múltiplas interpretações criadoras e que, a todo momento, apresenta brechas que levam o sujeito a se deparar com os paradoxos existentes. O mal-estar que o cinema produz no telespectador ao despertá-lo é que as semelhanças só existem porque as diferenças estão presentes (SILVA, 2012, p.18).

Em meio a tantos valores que o cinema exhibe e pode exhibir, permite o seu público refletir e analisar sobre o que faz parte de si ou não. Por sermos repletos de símbolos culturais, nossa identidade se constitui no contato com aquilo que nos é exposto, assim, a cultura condiciona as ações do sujeito, direcionando o que somos ou não. O ser humano ao estar inserido nos grupos sociais, inviabiliza o não pertencimento a uma cultura, já que “[...] a cultura não é algo sobre ou além do sujeito; ela se dá a partir dele” (SILVA, 2012, p.22).

A escola por fazer parte da construção da identidade do sujeito, tem que possibilitar o direito ao acesso as mais variadas formas culturais. Assim a escola precisa lidar e compreender a diversidade cultural. A cultura não é singular e fixa, pois ela está em pleno processo de hibridação, na perspectiva de Canclini (2008), cuja fusão das práticas sociais na vida cotidiana, que ocorrem nos intercâmbios culturais, é inevitável

no mundo globalizado.

A instituição escolar não pode se manter isenta na construção e desconstrução de estereótipos, se faz necessário que todas as culturas sejam visibilizadas, sem valorizar uma e inferiorizar outra, mas tratar como culturas diferentes. Dessa forma, o reconhecimento das identidades e logo das diferenças de cada sujeito é posicionada da mesma forma e um dos artefatos culturais que contribuem para a luta na desconstrução de estereótipos é o cinema.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe a importância do cinema na desconstrução de estereótipos referente as relações étnico-raciais no Brasil. Com a efetivação da Lei 10.006/2014 no currículo escolar, que além de incentivar as produções cinematográficas brasileira, pode proporcionar reflexões sobre a forma que a imagem do negro é construída no cinema e como esse conteúdo pode ser utilizado para problematizar essas relações étnico-raciais, utilizando o cinema na sala de aula.

O cinema na educação escolar pode desenvolver potencialidades necessárias para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, promovendo assim reflexões da posição social do negro no Brasil. Em conjunto com a Lei 13.006/14, trouxemos para a discussão a Lei 10.639/03 e procuramos refletir sobre o potencial pedagógico do cinema para a desconstrução de estereótipos nas relações étnico-raciais.

Com base nos estudos culturais, analisamos os filmes como artefatos culturais que contribuem para a construção de identidade do sujeito, mesmo que de forma subjetiva, assim, ao serem expostos a história da população negra no Brasil nas produções cinematográficas, cabe ao sujeito refletir como determinados grupos viviam em determinados períodos da história. Outro grande ponto a ser levado em consideração é a função do professor como mediador na escolha dos filmes a serem reproduzidos na sala de aula e as possíveis problemáticas que possam ser trazidas para a discussão.

De fato, da mesma forma que o cinema possibilita um outro universo de realidade e/ou ficção, ele também pode intensificar os estereótipos que cercam o/a negro/a no Brasil e sua história/cultura. Sendo assim, a escola por fazer parte da construção de identidade e diferença do sujeito, ela também possibilita provocar o desconforto e fazer uma autorreflexão no sujeito.

Por fim, longe de limitar ou esgotar as reflexões sobre o cinema e educação, apontamos como a Lei 13.006/14 e 10.639/03 podem trabalhar juntas para a desconstrução de estereótipos referente à população negra. Afinal consideramos que a educação escolar é uma possibilidade de apresentar um caminho para que essas temáticas possam ser discutidas, já que esse assunto é tão presente na atualidade.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcio Mucedula. **Desafios da prática docente na construção de uma educação antirracista.** Guimes Rodrigues Filho e Cristina May Ribeiro Perón (Org.). Racismo e Educação. Contribuições para a implementação da lei 10.639/03. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- AMBROSSETTI, Neuza Banhara. **O “EU” E O “NÓS”:** Trabalhando com a diversidade em sala de aula. Marli André (Org.). Pedagogias das diferenças na sala de aula. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- BENTO, Maria Ap<sup>a</sup> Silva. **Cidadania em preto e branco.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 2005.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas.** 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- GOFFMAN, Erving. Estigma. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1988. Cap. I Estigma e identidade social. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/308878/mod\\_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2016.
- GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O Negro no Brasil de Hoje.** São Paulo: Global, 2006.
- MOURA, Clóvis. **História do Negro brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e mediações escolar:** pedagogias dos meios, participação e visibilidade. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2005.
- PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. **A questão racial e a superação do eurocentrismo na educação escolar.** Luciano Gonsalves Costa (Org.). História e cultura afro-brasileira. Maringá: EDUEM, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Joyce Maria. **A relação do corpo para a construção da identidade negra.** Renata Felinto (Org.). Culturas Africanas e Afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** 4.ed. São Paulo: Brasiliana, 1976.
- SANTOS, Milton Silva dos Santos. **Afinal, o que são religiões afro-brasileiras.** Renata Felinto (Org.). Culturas Africanas e Afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.
- SILVA, Eizete Conceição. **Subjetividade e cinema:** vida\arte\vida. – Maringá : Eduem, 2012.
- SILVA, José Carlos Gomes. **Cultura afro-brasileiro e patrimônios culturais africanos nos currículos escolares:** breve memória de lutas por uma educação antirracista. Guimes Rodrigues Filho e Cristina May Ribeiro Perón (Org.). Racismo e Educação. Contribuições para a implementação da lei 10.639/03. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-092-6

